



**FACULDADE DO MACIÇO DE BATURITÉ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA EaD**

THAMYRES RENATA DA SILVA

**IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADA PARA O
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

**BATURITÉ/CE
2023**

THAMYRES RENATA DA SILVA

**IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADA PARA O
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Graduação em
Pedagogia da Faculdade do Maciço de
Baturité - FMB como requisito parcial a
obtenção do título de licenciatura em
Pedagogia EaD.

Orientador(a): Prof. Esp. Otacílio Marcelino
do Nascimento

**BATURITÉ/CE
2023**

THAMYRES RENATA DA SILVA

**IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADA PARA O
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Graduação em
Pedagogia da Faculdade do Maciço de
Baturité - FMB como requisito parcial a
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia EaD.

Aprovada em: 27 / 07/ 2023

BANCA EXAMINADORA

Otacílio Marcelino do Nascimento

Orientador(a): Prof. Esp.
Otacílio Marcelino do Nascimento
Faculdade do Maciço de Baturité-FMB

Evanilda de Brito Lopes

1º convidado(a): Profa. Ms.
Evanilda de Brito Lopes
Faculdade do Maciço de Baturité-FMB

Jaqueline Aparecida Moraes Alves

2º convidado(a): Profa. Esp.
Jaqueline Aparecida Moraes Alves
Faculdade do Maciço de Baturité-FMB

**BATURITÉ-CE
2023**

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos. Aos meus familiares e amigos por todo apoio ao longo dessa jornada. Ao meu orientador, que conduziu o trabalho com paciência e dedicação, sempre disponível a compartilhar todo o seu vasto conhecimento.

Ficha catalográfica elaborada pelo autor por meio do
Sistema de Geração Automático da Faculdade do Maciço de Baturité

Renata da Silva, Thamyres

IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADA PARA O
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA / Thamyres Renata da Silva . – :
Faculdade do Maciço de Baturité - FMB, 2020.

22f.

TCC (Pedagogia) – Faculdade do Maciço de Baturité - FMB:
Baturité, 2023.

Orientador(a): Esp. Otacílio Marcelino do Nascimento

1 Atendimento. 2 Educacional . 3 Especializado . 4
Desenvolvimento . 5 Criança.

IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Thamyres Renata da Silva¹, Otacílio Marcelino do Nascimento²

RESUMO:

O presente artigo aborda de forma breve sobre a temática da Importância do Atendimento Educacional Especializado para o desenvolvimento da criança. Sabemos que a educação especial se configura como algo essencial para garantir a equidade do aluno com deficiência, sendo assim, as instituições de ensino público, devem assegurar o acesso às salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para que o educando, consiga desenvolver as suas competências e habilidades normalmente, tendo em vista, que a educação inclusiva é um direito garantido pela constituição federal. No entanto, é fundamental a discussão desse tema na atualidade, para que alguns paradigmas ainda existentes sejam quebrados e também para entender melhor como acontece esse atendimento na rede pública de ensino. Todavia, é necessário o envolvimento tanto da equipe escolar, quanto da família para que o acesso a essa educação seja de fato, efetivado e gere resultados positivos ao aluno, levando em consideração o nível de aprendizagem de cada educando, sendo que, cada pessoa aprende no seu ritmo e é imprescindível ter esse olhar voltado para essa questão na educação especial. O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfica, que foi desenvolvida com base em materiais já elaborados, composto, principalmente de artigos científicos e livros, centrados em autores como: MACHADO (2017), MARIA E GONÇALO (2012), AMORIM (2015), dentre outros. Por meio dessa pesquisa, foi evidenciado que as salas de AEE são de fundamental importância para a garantia de uma educação igualitária e de qualidade.

Palavras-Chave: Atendimento. Educacional. Especializado. Desenvolvimento. Criança.

ABSTRACT:

This article briefly addresses the theme of the Importance of Specialized Educational Assistance for the development of the child. We know that special education is something essential to guarantee the equality of students with disabilities, therefore, public education institutions must ensure access to Specialized Educational Assistance (AEE) rooms so that the student can develop their skills and abilities normally, bearing in mind that inclusive education is a right guaranteed by the federal constitution. However, it is essential to discuss this topic at the present time, so that some paradigms that still exist are broken and also to better understand how this service happens in the public education network. However, the involvement of both the school team and the family is necessary so that access to this education is actually effective and generates positive results for the student, taking into account the level of learning of each student, and each person learns at their own pace and it is essential to have this focus on this issue in special education. The present study is a qualitative research, of a bibliographical nature, which was developed based on already prepared materials, composed mainly of scientific articles and books, centered on authors such as: MACHADO (2017), MARIA E GONÇALO (2022), AMORIM (2015), among others. Through this research, it was evidenced that the AEE rooms are of fundamental importance to guarantee an egalitarian and quality education.

Keywords: Service. Educational. Skilled. Development. Child.

¹ Graduanda em Pedagogia. E-mail: Thamyresrenatatr234@gmail.com

² Orientador. Graduado em Pedagogia (ESTÁCIO – FAL – NATAL); Especialista em Intervenção Sociopsicoeducativa na Área da Exploração Sexual contra crianças e adolescentes (FAHS – IBEPIS); Professor da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense - FAMEN. otacilio@famen.edu.br.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. REVISÃO DE LITERATURA.....	9
1.1 Breve histórico do Atendimento Educacional Especializado na Educação brasileira.....	9
1.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE)	11
1.3 Institucionalização do AEE no Projeto Político Pedagógico.....	13
2. METODOLOGIA.....	16
3. RESULTADOS e DISCUSSÃO.....	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	20

INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre importância do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento da criança. Nunca o tema de inclusão esteve tão presente no nosso dia-a-dia ele perpassa pelo atendimento das necessidades de todas as pessoas que de alguma forma são colocadas à margem da sociedade. Para que se faça a inclusão social é preciso garantir direitos a partir de uma sociedade inclusiva que vise incluir todas as pessoas sem restrição da raça, religião e deficiência ou até mesmo de classe social. Um dos princípios que rege esses fundamentais é o de direito garantido a todos e de ordem de inclusão.

A inclusão é um direito social e deve ser inserida no contexto escolar de forma realmente acessível e eficaz, pois a educação é um direito constitucional e o Estado tem por obrigação implantar os direitos educacionais, mas não somente uma educação conteudista e sim uma educação, onde o indivíduo é preparado para viver em sociedade. A educação tem o dever de formar indivíduos sociais, com uma visão crítica onde é possível entender a cultura, a sociedade e as bases que a constroem. A educação inclusiva é uma parte importantíssima para o desenvolvimento não somente do indivíduo, que necessita dessa inclusão e sim de toda a sociedade.

Falando da educação especial que é a que utiliza o AEE (Atendimento Educacional Especializado), pode-se perceber durante os estudos apresentados nesse trabalho que é uma modalidade nova e sua luta se deu durante os anos de 1960, durante esses anos se passou por vários processos de sucessos e retrocessos.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfica, que foi desenvolvida com base em materiais já elaborados, composto, principalmente de artigos científicos e livros, centrados em autores como: Machado (2017), Maria e Gonçalo (2022), Amorim (2015), dentre outros, além das pesquisas realizadas em sites de busca, artigos científicos e revistas eletrônicas especializadas nessa temática.

Por fim, para se falar da importância do AEE, a pesquisa explanará de forma breve sobre a história da educação especial e logo após irá adentrar no contexto e na importância desse atendimento no desenvolvimento humano.

1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Breve histórico do Atendimento Educacional Especializado na Educação brasileira

A Educação Especial no Brasil, foi vista como uma ação assistencialista para os alunos com deficiência. O processo educativo na visão de muitos era considerado inviável e até mesmo impossível. Entretanto, o que acontecia era um acolhimento clínico e esses indivíduos não eram vistos como cidadãos detentores de direitos. A ocorrência desses desconhecimentos acerca dessas deficiências deixou esses sujeitos marginalizados e impedidos de terem uma vida social igualitária.

Nesse contexto histórico, esse público passou por anos de exclusão e abandono até os anos de 1980, e as atenções se fortalecem e a partir daí são criados alguns institutos. Entretanto o perfil dessas instituições de acordo com Bezerra e Antero (2020, p. 2 apud Nascimento; Chaves; Costa; Torres, 2020) era mais voltado para as deficiências visuais e auditivas continuando a exclusão das deficiências físicas e principalmente as intelectuais.

De acordo com Maria e Gonçalo (2022, p. 5)

Na década de 1990, a ampliação da luta por direitos possibilitou avanços na forma de se compreender a deficiência, trazendo uma nova perspectiva educacional a partir da proposta da inclusão escolar, buscando-se mudanças no processo educacional de forma a garantir a oferta de uma educação de qualidade a todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

Conforme citado pelas autoras, em 1990 os desafios na busca pelos direitos da pessoa com deficiência permitiram a compreensão desse fenômeno, de forma que trouxe um olhar especial no que se refere a inclusão escolar.

A educação inclusiva no Brasil começou a fundamentar-se a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais: Acesso e Qualidade (Espanha, 1994), na qual foi proclamada a Declaração de Salamanca (1994) que define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas Políticas Públicas da Educação.

A partir desse marco, passou-se a considerar a inclusão dos estudantes com necessidades educativas especiais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais. A Declaração de Salamanca proclama as escolas inclusivas como meio mais eficaz de combater a

discriminação; e, determina que as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

Nessa perspectiva, o processo de inclusão dentro dos ambientes da escola, com a implantação das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos anos 2000, favoreceu debates nos mais variados espaços como cursos de Formação Continuada, Projetos Político Pedagógicos, reuniões com a comunidade escolar, entre outros.

E ainda existem muitos aspectos na sua implementação que devem ser discutidos, avaliados e esclarecidos junto aos profissionais da Educação para que os objetivos sejam realmente alcançados, como o desenvolvimento social e cognitivo dos alunos especiais, e não menos importante, a sua interação com os outros alunos.

Em 2005 são organizados centros de referências para os alunos com altas habilidades e superdotação. Esses centros passam a ser implantados em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal como o objetivo de orientar famílias e promover a formação continuada para garantir o acesso e a permanência desses alunos na rede pública de ensino. Já em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) que busca por meio de eixos superar a dicotomia entre educação especial e educação regular.

Apesar dos avanços, ainda vivemos um momento de tensão nessa área da Educação. Em 2011, o Ministério da Educação promoveu a extinção da Secretaria de Educação Especial (SEESP) e a diluição dos seus cargos na SECADI - Secretaria de Alfabetização Diversidade e Inclusão. Podemos assim perceber que a Educação Especial volta a ocupar uma posição secundária e que a totalidade dessa secretaria pode se tornar um grande vazio.

Considerando a educação inclusiva como um meio significativo para inserção e desenvolvimento pleno de alunos com necessidades educacionais especiais, a acessibilidade e disponibilidade de recursos específicos se torna fator fundamental, garantir um desenvolvimento pleno de todas as suas funções sejam individuais, sociais e educacionais.

Inicialmente, o trato da diversidade deve partir da própria identidade da escola, que na proposta das práticas inclusivas, trabalhando a autonomia dos alunos por meio de conteúdos estudados no contexto de sua realidade, construindo as tomadas de decisões que nortearão sua vida no meio social.

Segundo as políticas de inclusão na educação infantil, se faz necessário o atendimento desta diversidade desde os primeiros anos de ensino. Especificamente no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI, que trata das Estratégias e Orientações para Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 2000).

As implicações que envolvem a inclusão, desde a educação infantil estão em todo o contexto escolar, ou seja, inclui todos os seus aspectos físicos, políticos e pedagógicos, com um trabalho estimulador e compensatório, de forma que todos os limites sejam superados, impulsionando à um desenvolvimento também da alteridade, sejam nas crianças com necessidades educacionais especiais ou não.

Diante dessa realidade MITTLER, (2003, p. 236 apud DRAGO, 2011, p.78-79), ainda reforça que

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que podem retornar a escola em algum momento futuro. A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo desse modo, valorizados.

Diante do exposto, podemos afirmar que a desconsideração ou irrelevância das necessidades educacionais especiais de alguns alunos podem trazer sérias consequências ao mesmo, inibindo-o de uma participação ativa no meio em que vive.

1.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem o objetivo de atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, ofertando-lhes uma educação especial com oportunidades de participação e acesso ao conhecimento.

Sua proposta envolve um plano de atendimento com identificação e tomada de ações sobre as necessidades especiais dos alunos e nas dificuldades na aprendizagem que ocorrem, elaborando as estratégias necessárias com o uso dos recursos que atendam às necessidades específicas tanto nos aspectos pedagógicos quanto aos de acessibilidade.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) prevê em seu artigo

208, inciso III o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino”, como forma de oportunizar o acesso, participação e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino numa perspectiva de igualdade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) destacam a importância das adaptações físicas, pedagógicas e pessoais, bem como todo o processo curricular e avaliativo, de acordo com a necessidade especial vivida pelo educando.

Na Educação Infantil, esta intervenção é precoce, onde, associados aos serviços de saúde e assistência social, buscam efeitos positivos na aprendizagem e desenvolvimento.

De acordo com ARNAIS, (2003, p.9-10)

Os defensores da Inclusão acreditam que em se tratando de crianças com deficiência as instituições de educação infantil são espaços privilegiados onde a convivência com adultos e outras crianças de várias origens, costumes, etnias, religiões, possibilitará o contato desde cedo com manifestações diferentes daquelas que a criança vivencia em sua família ou num ambiente segregativo, permitindo-lhe, assim as primeiras percepções da diversidade humana.

Dentro deste contexto, a identificação e discussão acerca das necessidades educacionais envolvendo toda a comunidade escolar se faz necessária para o desempenho significativo das suas potencialidades, na garantia de uma participação total na dinâmica de aprendizado desta etapa de ensino. Para Coelho, (2010, p. 57-58).

Assim, entre outros, é preciso modificar percepções sobre os quadros de desenvolvimento atípico, compreendendo que eles decorrem não apenas de características biológicas, mas sim de uma complexa configuração de fatores, relacionados à interação daquelas com aspectos sócio-histórico-culturais e, sobretudo, compreender que sujeitos em desenvolvimento, seja ele atípico ou não, dão sentido às experiências individuais e sociais, em uma dinâmica de relações intersubjetivas e vivências subjetivas.

Desta forma a prática pedagógica é um importante ponto a ser considerando uma vez que as formas de tratamento aos alunos determinam as práticas de inclusão ou exclusão no meio social ou quando esta última se pratica numa forma seletiva de educação, desconsiderando as especificidades do aluno, sem promoção da autonomia destes frente à sua realidade.

O objetivo principal do AEE é o de identificar, elaborar e organizar recursos

pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, contudo, tais atividades não são substitutivas a escolarização.

O AEE é de fundamental importância porque trabalha as reais necessidades do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem e as peculiaridades de cada um, desenvolvendo a autonomia dos alunos, facilitando a aquisição de seus valores, além de favorecer a compreensão de conhecimentos relacionados à aplicação de situações de vida diária, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno proporcionando a aquisição de habilidades inter e intrapessoais, disponibilidade permanente para aprender, facilitando a caminhada ao saber; contribuir para que o aluno construa gradualmente os seus conhecimentos, pelos processos de avanços e recuos inerentes ao seu próprio ritmo, evoluindo a cada passo.

No Atendimento Educacional Especializado, são disponibilizados diversos recursos para a fomentação de uma educação digna para os alunos com deficiência. Com diversos jogos que estimulam raciocínio lógico e espacial, a coordenação motora, assuntos matemáticos e de Língua Portuguesa, auxiliam o aluno a diversificar seus conhecimentos e aprender de uma forma divertida e inteligente. Uma opção para crianças que cuja deficiência gera a falta de concentração, as cores e desenhos atrai na criança o desejo de descobrir, e utilizar a ferramenta.

A ferramenta digital (computadores) parte do pressuposto de inserção as novas tecnologias e redes sociais, além da adaptação as necessidades de cada deficiência, há a adaptação as condições sociais hoje vividas. As redes sociais são algo que todos estão usando, se comunicando, e é mais uma forma de aprendizado e interação que possibilita inserir o aluno com deficiência em ambientes diversificados. É importante a apresentação de algo novo, como o computador, sempre ensinando o quanto essa tecnologia é útil para o aprendizado.

1.3 Institucionalização do AEE no Projeto Político Pedagógico

Ao pensarmos no AEE como direito do cidadão, dever do estado e da família, é importante entender que, quanto mais cedo for o suporte educacional dado às crianças com necessidades especiais, menores serão as dificuldades enfrentadas por

eles, assim como para as demais crianças matriculadas nas instituições de ensino regular, que terão a oportunidade de vivenciar atitudes de cidadania com quem chega necessitando de acolhida, de ser incluído e de seu direito de aprender com os demais.

Nesse sentido vemos a necessidade de destacar nesse ponto a institucionalização da oferta do AEE, que prevê sua organização conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola de ensino regular. Nela se estabelece a estruturação e organização de como devem ser as salas de recursos multifuncionais e toda a conjuntura física e funcional da Institucionalização do AEE.

Conforme estabelecido na Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, as salas de recursos multifuncionais devem ser organizadas por um espaço físico com mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos, no que se refere às especificidades de cada deficiência.

Além da organização física das salas de recursos multifuncionais, é previsto também pela Resolução a matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola, um cronograma estruturado de atendimento aos alunos, um Plano de AEE com a identificação das necessidades educacionais específicas de cada criança atendida, bem como a definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas.

Na Resolução citada anteriormente, está prevista também a composição dos professores para o exercício do AEE, bem como a dos demais profissionais da educação como, tradutores de intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio e que são de suma importância para a efetivação desse processo.

Com relação aos aspectos de funcionamento do AEE, há uma estruturação relacionada à carga horária para os alunos do AEE, individual ou em pequenos grupos, de acordo com as necessidades educacionais específicas.

Há também, a efetivação da contratação de professores qualificados e com uma boa formação para atuação nas salas de recursos multifuncionais, faz-se necessária também, a articulação entre os professores da educação especial e do ensino regular e a formação continuada de toda a equipe escolar, bem como a participação das famílias e interface com os demais serviços públicos de saúde, assistência, entre outros necessários e por fim, o registro anual no Censo Escolar MEC/INEP das matrículas no AEE.

No sentido de atender este direito constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 no artigo 4, inciso III, aponta que o Estado deve ofertar e garantir que o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na escola pública regular de ensino” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

No artigo 58, parágrafos 1, 2 e 3 da LDB 9394/96 a educação especial constitui-se uma modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para estudantes que possuem algum tipo de necessidades especiais. Este atendimento especializado está assegurado na lei a todos estudantes que sofrem com alguma deficiência/transtorno e altas habilidades, em salas especializadas, no espaço escolar ou serviços de atendimento especializados desde a educação infantil, conforme os parágrafos abaixo citados:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Para um trabalho integrado com profissionais qualificados a fim de atender estudantes com deficiência/transtorno nas salas de AEE, a LDB/96 assegura no artigo 59, inciso III que “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Esse inciso fala da importância da formação continuada de professores de salas AEE atuarem de forma integrada com os educadores de salas do ensino regular.

Finalizando a análise sobre a legislação do atendimento educacional especializado (AEE), imaginamos que novos outros dispositivos legais virão, mas também sabemos que de pouco valerão se não houver esforços para se implementar os dispositivos existentes, uma vez que o pensar regressivo está contraditoriamente presente em nós.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi a bibliográfica e buscou-se fundamentá-la em estudiosos sobre a temática como Machado (2017), Maria e Gonçalo (2022), Amorim (2015), entre outros e em revistas eletrônicas especializadas nessa temática, artigos científicos e sites de busca. Outra base da sustentabilidade na pesquisa e lisura foi realizada uma análise qualitativa.

No que se refere a pesquisa bibliográfica Severino (2013, p. 60) afirma que

A documentação bibliográfica deve ser realizada paulatinamente, à medida que o estudante toma contato com os livros ou com os informes sobre os mesmos. Assim, todo livro que cair em suas mãos será imediatamente fichado. Igualmente, todos os informes sobre algum livro pertinente à sua área possibilitam a abertura de uma ficha. Os informes sobre os livros são encontrados principalmente nas revistas especializadas, nas resenhas, nos catálogos etc.

Para traçar outro procedimento metodológico utilizados neste estudo, além da pesquisa bibliográfica como exposto anteriormente, adentramos de forma breve no que destaca a pesquisa qualitativa, a qual não prioriza os dados com números, ou a quantidades e sim a qualidade dos fatos. A pesquisa visa em resultados mais exatos, partindo para o campo descritivo onde se analisa todos os aspectos relacionados ao tema e os objetivos do trabalho.

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 109-187), a organização da pesquisa qualitativa tem como base a organização de um projeto e de uma pesquisa consistente, que possa apresentar uma melhor compreensão de um problema proposto.

Ainda segundo os autores, o delineamento de uma pesquisa não consiste em abandonar novas perspectivas teóricas emergentes junto ao campo de pesquisa, mas sim, em oportunizar aos pesquisadores momentos de reflexão ao longo do processo, tendo como premissa a uma base teórica.

Nesse sentido, a Pesquisa Qualitativa é também apontada por MINAYO (1994, p. 21-22) como ferramenta metodológica que:

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

No caso desta pesquisa vale salientar que a análise se debruçará em registros documental, perante livros físicos e on-line e artigos existentes na internet, com propósito de se construir uma base teórica sólida sobre o assunto em questão. Por isso afirmamos que a pesquisa é do tipo Documental.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Ao discorrermos sobre a importância do atendimento educacional especializada para o desenvolvimento da criança, podemos perceber que é notório que todo esse processo é lento e gradual, que educadores, pais e escola devem se preocupar mais com o aluno com necessidade especial, buscando ações conjuntas, priorizando assim o ensino e a aprendizagem.

Por meio dessa pesquisa, foi evidenciado que as salas de AEE são fundamentais para a garantia de uma educação igualitária e de qualidade e que é primordial o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades especiais, da sua contribuição quando associada ao ensino formal no desenvolvimento das habilidades e competências correspondentes à idade,

Vimos o quanto é necessário conhecer os processos de inclusão e atendimento às crianças dos primeiros anos da educação infantil, de forma a compreender o seu desenvolvimento, bem como a realidade docente também nesses moldes, descobrindo suas possibilidades e limitações, norteando assim, discussões e direcionamentos que levem a práticas de inclusão efetivas.

Ensino inclusivo não é ensino com educação especial. Educação especial é ensino fragmentado, fora do ensino regular, baseado na crença de que estes discentes não podem estar inseridos na escola comum.

Precisamos também do comprometimento dos professores das diferentes áreas do conhecimento tentando minimizar as diferenças entre seus alunos, buscando estratégias para desenvolvimento de habilidades e competências, acreditando que a educação é a base para uma sociedade melhor, sem fragmentações. É preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio entre alunos, docentes, gestores, família, todos com um único propósito: tornar a vida deste educando mais significativa.

O estudo possibilitou compreender que a inclusão está presente nos discursos oficiais como um imperativo legal. No entanto, tais discursos, na sua integralidade, parecem-nos improváveis de implementação sem que a complexidade da proposta seja evidenciada e sejam melhoradas as condições para sua consolidação. Foi, ainda, possível compreender que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva opera no sentido de mobilizar todos e cada um na concretização de práticas inclusivas.

No entanto, o caminho para que a educação inclusiva seja ampla e irrestrita ainda parece ser longo. Os desafios dos profissionais que se dispõem a trabalhar com alunos público-alvo da educação especial (AEE) parecem ser ainda maiores do que para os demais docentes. Especialmente, porque a formação que é dada pelas Instituições de Ensino Superior (IES), todavia não consegue abarcar a totalidade das exigências que esses profissionais enfrentam.

Para Amorim (2015), a questão a ser discutida não é o professor não possuir formação adequada, afinal muitos deles passam por diversas formações e cursos durante a vida profissional, mas sim a adequação dos cursos. A partir do momento que os alunos AEE passam a ter o direito garantido por lei de frequentarem a escola, e serem nela incluídos, respeitando os princípios da inclusão escolar, as Instituições de Ensino Superior e o governo (federal, estadual e municipal) tem o dever de oferecer formação adequada para todos os profissionais da escola.

Tratando-se de Educação Especial, essa necessidade de capacitação do professor se torna mais evidente, mas em todas as etapas da educação existem crianças que aprendem de formas diferentes e cabe ao professor identificar de que forma seu trabalho pode potencializar essa aprendizagem. (MACHADO, 2017, p. 78).

Concordando com a colocação de Amorim (2015), defende-se uma formação problematizadora, que prepare o profissional para refletir sobre as necessidades dos alunos e proporcionar meios para que o desenvolvimento ocorra.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou os valores que tem o Atendimento Educacional Especializado para o desenvolvimento da criança. Vimos nesse estudo que, para um efetivo atendimento educacional especializado (AEE), deve-se pensar o projeto pedagógico e a escola como um todo, com adaptações estruturais, formações permanentes para toda equipe escolar, não só para professores que atendem o público-alvo da educação especial (PAEE), entre outros aspectos debatidos ao longo deste texto, a fim de que a educação inclusiva permita ressignificar o conceito de democracia na escola contemporânea.

Assegurar uma educação que desenvolva o máximo de habilidades e talentos, envolve financiamento, formação, capacitação de todos os profissionais envolvidos com o aluno, quantitativo de funcionários suficiente, infraestrutura acessível, material pedagógico adaptado, relação família-escola-saúde consolidada. Envolve um bom gestor capacitado e sensível, envolve os professores que lecionam nas turmas, afinal educar o aluno com deficiência não é função apenas do professor do AEE, ou do monitor despreparado que auxilia dentro da sala de aula.

Assumir o desafio da inclusão implica que todos os professores tomem a iniciativa de sair da sua zona de conforto, arriscando-se à incerteza enquanto exploram novas ou diferentes formas de trabalhar, planejar e organizar. Buscar a colaboração com colegas para resolver problemas, debater e celebrar o sucesso, onde cada um contribui por meio de pontos fortes e interesses individuais, apoiará os professores nessa empreitada. O esforço para desenvolver práticas inclusivas será recompensado com aulas mais eficazes.

Por fim, espera-se que este estudo promova reflexões acerca da necessidade da emancipação dos atores desse processo, e que na escola não aconteça somente a reprodução de formas de ensino, de comportamento, mas que saibamos usar a imaginação para lidar com qualquer diferença. E que em um futuro próximo, não seja necessária a presença de um professor específico para derrubar as barreiras, garantindo assim os direitos de acesso, participação e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 109-187

AMORIM, Gabriely Cabestre. **Organização e funcionamento do atendimento educacional especializado na educação infantil: estudo de caso**. 2015. 137 f. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestrado (Dissertação). Marília, 2015.

ARNAIS, Magali Ap. de O. **Novas Crianças na Creche: O Desafio da Inclusão**. 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

BEZERRA, Lourayne Natiely Vanderlei; ANTERO, Katia Farias. **Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil**. <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA11_ID_14082020134026.pdf> Acesso em: 20 de jul. de 2023

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. BRASIL. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf> Acesso em: 11 de Jul. 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <https://federativa-do-brasil-1988#art-208--inc-III> Acesso em: 10 de Jul. 2023.

COELHO, Cristina M. Madeira. **Inclusão Escolar**. In: Diva Albuquerque Maciel; Silvine Barbato. (Org). **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**. 01ed. Brasília: Editora da UnB, 2010 v., p.55-71

Drago, Rogério. **Infância, educação infantil e inclusão: um estudo de caso em Vitória** / Rogério Drago; orientadora: Sonia Kramer. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2005. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://grupoinfoc.com.br/publicacoes/doutorado/d16.pdf> Acesso em: 15 de jun. de 2023

MACHADO, Gabriela. **Caracterização das práticas do atendimento educacional especializado na educação infantil de Dourados/MS**. 2017. 111 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2017.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: _____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MARIA, Angélica Esteves; GONÇALO Sheila Ferreira, **Aspectos históricos do Atendimento Educacional ao aluno com deficiência no município de Jacareí/SP.** Disponível em: <<https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/download/606/296/2466>> Acesso em: 15 de jun. 2023

Severino, Antônio Joaquim, 1941- . **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2013. 1,0 MB ; e-PUB.